



AGENDA LEGISLATIVA

16 A 20 DE JUNHO DE 2025

CONGRESSO NACIONAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados/do Senado Federal

Terça-feira (17/06), 12h00

VET 10/2024 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, que "Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos; e altera as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 9.279, de 14 de maio de 1996". Item nº 9.

Autor: Presidência da República

VET 17/2024 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.395, de 2023 (nº 1.434/2011, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)". Item nº 15.

Autor: Presidência da República

VET 19/2024 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.006, de 2022, que "Institui normas aplicáveis a atividades espaciais nacionais". Item nº 17.

Explicação: Incide sobre o parágrafo único do art. 34 do Projeto de Lei nº 1.006/2022, que tratava do prazo máximo de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias, para a conclusão de processos de licenciamento ambiental relacionados a atividades espaciais, sob pena de aprovação tácita. A justificativa do veto presidencial baseou-se na inconstitucionalidade do dispositivo, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI nº 6808), que considera inconstitucionais normas que simplifiquem o processo de obtenção de licenças ambientais sem garantir a análise adequada.

Autor: Presidência da República

VET 27/2024 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 13 de 2020, que "Aperfeiçoa a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores; adequa o prazo de concessão de incentivos e de estímulo à tecnologia nacional; cria o Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon); e altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 11.484, de 31 de maio de 2007, e 13.969, de 26 de dezembro de 2019". Item nº 25.

Autor: Presidência da República

VET 28/2024 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.847 de 2024, que "Estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009". Item nº 26.

Autor: Presidência da República

VET 34/2024 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.725 de 2024, que "Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas - Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro

de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências". Item nº 32.

Autor: Presidência da República

VET 47/2024 - Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2024, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências." Item nº 45.

Autor: Presidência da República

VET 7/2025 - Veto parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária". Item nº 55.

Autor: Presidência da República

VET 10/2025 - Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26 de 2024, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025". Item nº 58.

Explicação: Dentre outros, veta dispositivo que tratava de dotação de inversão financeira para Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, no valor de R\$2.967.160.043,00, nos termos da Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (Lei nº 11.540/2007), realizado com recursos supervisionados pelo próprio Fundo.

Autor: Presidência da República

VET 11/2025 - Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2017 (PL nº 1964/2015, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Lei dos Fundos Constitucionais), que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências". Item nº 59.

Autor: Presidência da República

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Segunda-feira (16/06), 18h00

PDL 405/2023 - Susta, nos termos do art. 49, V e X, da Constituição Federal, a aplicação da Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023. Item nº 8.

Autor: Luiz Gastão (PSD/CE)

Relator: Joaquim Passarinho (PL/PA)

Parecer: Pendente

Segunda-feira (16/06)

PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034"

Seminário - Tema: Seminário Estadual do Plano Nacional de Educação na Bahia

Convidados:

- Pedro Uczeni, deputado federal e 1º vice-presidente da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação;
- Alice Portugal, deputada federal, membra da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação e Coordenadora do Seminário Estadual da Bahia;
- Olívia Santana, deputada estadual e presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviços da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;
- João Danilo, coordenador do Fórum Estadual de Educação (FEE);
- Manoel Calazans, assessor especial da Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia;
- Arielma Galvão, diretora de Educação da APLB-Sindicato;
- Alda Pepe, representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) no Estado da Bahia;
- Dinvalva Melo, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação;
- Marcius Almeida Gomes, chefe de Gabinete da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia;
- Rita Brêda Lima, vice-reitora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) do Estado da Bahia;
- Maria Izabem Ribeiro, diretora em exercício da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Ronaldo Naziazeno, assessor de Relações Institucionais do Instituto Federal da Bahia (IFBA);

- Lucas Santana, presidente da Associação Baiana Estudantil Secundarista (ABES);
- Adriana Marmorì, reitora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
- Sidney Reis Borges, presidente do Conselho Estadual da Pessoa com deficiência- COEDE

PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034"

Seminário - Tema: Seminário Estadual do Plano Nacional de Educação em São Paulo

Convidados:

- Gilmaci Santos, deputado estadual e 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Tabata Amaral, deputada federal e presidente da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação;
- Luciene Cavalcanti, deputada federal e membra da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação;
- Maria Rosas, deputada federal e membra da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação;
- Sâmia Bomfim, deputada federal e membra da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação;
- Simone Marquetto, deputada federal e membra da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação;
- Simão Pedro, deputado estadual e presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- César Callegari, presidente do Conselho Nacional de Educação.
- Adriana Ijano Motta, diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria Aparecida de Luca Moore, na Cidade de Limeira;
- Ana Paula Corti, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP);
- Débora Garofallo, vencedora do *Global Teacher Prize* 2019;
- Elizabeth Guedes, representante do Movimento de Olho no Material Escolar;
- Guiomar Namó de Mello, diretora da Escola Brasileira de Professores (EBRAP) e ex-Secretária de Educação na Cidade de São Paulo;
- Soraya Smaili, docente da Escola Paulista de Medicina e ex-Reitora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);
- Paula Beatriz de Santos Cruz, diretora da Escola Estadual Santa Rosa de Lima, no Capão Redondo da Cidade de São Paulo;
- Kátia Smole, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação;
- Maria Sílvia Bacila, secretária Executiva da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo; e
- Dácio Matheus, reitor da Universidade Federal do ABC.

Terça-feira (17/06)

CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS / Sala de Reuniões do Colégio de Líderes, 09h00

Reunião Técnica - Tema: Reunião de Instalação do CEDES do Biênio 2025/2026 e apresentação dos estudos em andamento.

Pauta:

Abertura dos trabalhos do Biênio 2022/2026

Participantes:

- Deputado Hugo Motta, Presidente da Câmara dos Deputados;
- Deputado Márcio Jerry, Presidente do Cedex;
- José Evande Araújo, Diretor da Consultoria-Geral
- Aurélio Guimarães Palos, Diretor da Consultoria Legislativa e Secretário Executivo do Cedex
- Consultores coordenadores dos estudos

Situação dos estudos em andamento do Biênio 2023-2024

- "O Brasil contra a violência e os preconceitos na escola: por uma escola segura e pela promoção da convivência democrática e cidadã"
Relatores: Deputados Da Vitória, Reginaldo Lopes, Osmar Terra e Dr. Victor Linhalis
- "Inteligência artificial, inclusão digital automação do trabalho, empregabilidade e previdência: desafios e soluções"
Relator: Deputado Hélio Lopes
- "Políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades de gênero na construção de um Brasil justo e desenvolvido"
Reladoras: Deputadas Benedita da Silva e Dandara.
- "Reindustrialização brasileira, transição energética e descarbonização"
Relatores: Deputados Félix Mendonça Jr, Pedro Uczai e Dr. Luiz Ovando.

Novos temas e atividades previstas para o Biênio 2025/2026

Encerramento dos trabalhos

PL 1087/2025 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO SOBRE REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA / Anexo II, Plenário 08, 09h30

Audiência Pública e Deliberação - Tema: Audiência Pública e Deliberação de Requerimentos

Convidados:

- Flávio César Mendes de Oliveira, presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ);
- Elida Graziane Pinto, procuradora e professora do Ministério Público de Contas de São Paulo (MPCSP) / Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP);
- Leonardo Aguirra de Andrade, professor doutor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (USP); e
- Michele Roncálio, presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF).

REQ 22/2025 - Requer a realização de audiência pública para debate referente aos impactos da isenção de imposto de renda nas receitas dos estados, Distrito Federal e municípios, nos termos do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025. Item nº 1.

Convidados:

- Claudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro;
- Juliano Pasqual, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;
- Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.;
- Pricilla Maria Santana, Secretária de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;
- Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte;
- Carlos Eduardo Xavier, Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte;
- Helder Barbalho, Governador do Estado do Pará;
- René de Oliveira e Sousa Júnior, Secretário de Fazenda do Estado do Pará;
- Ronaldo Caiado, Governador do Estado de Goiás;
- Francisco S. Freire Nogueira, Secretário de Economia do Estado de Goiás;
- Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
- Robinson Barreirinhas, Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); e
- Representante da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof).

Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

REQ 23/2025 - Requer o Aditamento ao Requerimento nº 22/2025, de minha autoria, para inclusão de palestrantes na audiência pública. Item nº 2.

Convidado:

- Representante da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas (FNP).

Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 06, 10h00

REQ 42/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação para debater sobre as medidas de fiscalização e repressão à atuação de empresas de apostas online (bets) e à participação de instituições financeiras e de pagamento nas operações do mercado ilegal de jogos e apostas. Item nº 3.

Convidados:

- Representante da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda;
- Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);
- Representante do Banco Central do Brasil;
- Representante da Receita Federal do Brasil;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Representante da Associação Brasileira de Bets e Fantasy Sports (ABFS).

Autor: Ricardo Abrão (UNIÃO/RJ)

REQ 45/2025 - Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Presidente da Anatel para tratar sobre a hipótese de retirar de funcionamento os marketplaces e os impactos orçamentários e financeiros para o Brasil. Item nº 5.

Convidados:

- Carlos Baigorri, Presidente da ANATEL;
- Representante do Mercado Livre;
- Representante da Amazon; e
- Representante da Receita Federal.

Autor: Sidney Leite (PSD/AM)

PLP 124/2022 - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para dispor sobre normas gerais para solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira. Item nº 7.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Pauderney Avelino (UNIÃO/AM)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 15, 10h00

PL 380/2021 - Altera as Lei números 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre realização de reuniões e assembleias gerais por pessoas jurídicas de direito privado e convocação de assembleias gerais por sociedades cooperativas Item nº 12.

Autor: Paulo Teixeira (PT/SP)

Relator: Helder Salomão (PT/ES)

Parecer: Pela aprovação deste; da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); das Emendas nos 2, 3 e 4 apresentadas nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), na forma do substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos apensados, PLs 1694/2021 3476/2021.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário, 10h00

PL 2357/2024 - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional, visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público. Item nº 13.

Explicação: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 10h00

PEC 17/2022 - Visa a atualização e capacitação tecnológica das Forças Armadas, alterando o art. 167 da Constituição Federal, para retirar a limitação de dotações consignadas ao orçamento das Forças Armadas e acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para vedar, quaisquer limitações à execução das dotações. Item nº 12.

Explicação: determina que fica vedado, pelo prazo de dez anos, renováveis automaticamente por igual período, caso não haja manifestações contrárias de dois terços dos parlamentares do Congresso, quaisquer limitações à execução das despesas discricionárias para projetos estratégicos de Defesa, sendo eles, defesa Terrestre, Marítima, Aérea, Aeroespaciais, Cibernética e Nuclear, visando a aquisição de tecnologia, de insumos de produção, de produtos e serviços; o financiamento do desenvolvimento de novas tecnologias; licitações de projetos que visam estimular a inovação e a modernização da atividade fim das Forças de Defesa do Brasil.

Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Bia Kicis (PL/DF)

Parecer: Pela admissibilidade.

PEC 42/2024 - Acrescenta o inciso VI ao art. 51 da Constituição Federal, para estabelecer competência privativa à Câmara dos Deputados relativa à fiscalização das atividades das agências reguladoras. Item nº 14.

Explicação: Prevê ampliação dos poderes da Câmara dos Deputados para acompanhar e fiscalizar as atividades e atos normativos das agências reguladoras por meio de suas comissões. Além disso, permite que a Câmara fixe prazos para que essas agências adotem providências necessárias ao cumprimento da lei. Caso sejam identificadas condutas ilícitas dolosas, por ação ou omissão, essas deverão ser encaminhadas ao Ministério Público (MPU), à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que promovam a responsabilização administrativa, civil ou criminal dos infratores.

Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)
Relator: Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
Parecer: Pela admissibilidade.

CFFC - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Anexo II, Plenário 09, 10h30

REQ 242/2025 - Requer ao Exmo. Sr. Frederico de Siqueira Filho, Ministro das Comunicações, a disponibilização de informações detalhadas, técnicas e documentais sobre a atuação da ANATEL para desligar empresas do setor de e-commerce em virtude de supostas irregularidades na venda de eletrônicos. Item nº 49.
Autor: Evair Vieira de Melo (PP/ES)

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 10h30

PL 1317/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para regulamentar os veículos autônomos terrestres, e dá outras providências. Item nº 21.
Explicação: altera o CONTRAN para regulamentar a atuação de veículos autônomos terrestres, inclusive criando o cadastro nacional de registro de incidentes e acidentes com estes tipos de veículos.
Autor: Alberto Fraga (PL/DF)
Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)
Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 3641/2023, apensado, com substitutivo.

PL 2559/2023 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilidade de internet em alta velocidade nos veículos de transporte escolar, nos termos que especifica. Item nº 23.
Autor: Júnior Mano (PSB/CE)
Relator: Rubens Otoni (PT/GO)
Parecer: Pela rejeição deste.

CESPO - COMISSÃO DO ESPORTE / Anexo II, Plenário 04, 11h00

REQ 73/2025 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Regulação de Apostas Esportivas, para debater o panorama atual da regulação das apostas no Brasil. Item nº 3.
Convidados:

- Régis Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA);
- Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte (SNAEDE);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e
- Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

REQ 74/2025 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Regulação de Apostas Esportivas, para debater a regulamentação da publicidade e do patrocínio no setor de apostas esportivas. Item nº 4.
Convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda – Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA);
- Representante do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR);
- Representante da Liga Forte União do Futebol Brasileiro; e
- Representante da Associação Nacional dos Clubes de Futebol (ANCF).

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

REQ 77/2025 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Regulação de Apostas Esportivas, para debater estratégias integradas de combate às apostas ilegais. Item nº 7.
Convidados:

- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Representante da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) – Ministério da Fazenda;
- Representante da Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte (SNAEDE) – Ministério do Esporte;
- Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);
- Representante do Banco Central do Brasil;
- Representante da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (ABIPAG); e
- Representante da Associação Brasileira de Fintechs ABFintechs ().

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

REQ 78/2025 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Regulação de Apostas Esportivas, para debater os impactos psicossociais do vício em jogos de apostas e as políticas públicas necessárias para prevenção e tratamento. Item nº 8.

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde; e
- Representante do Programa Ambulatorial do Jogo (PRO-AMJO) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP.

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

REQ 79/2025 - Requer a realização de Mesa Redonda, no âmbito da Subcomissão Permanente de Regulação de Apostas Esportivas, para consolidar propostas, com base nas audiências públicas realizadas. Item nº 9.

Convidados:

- Representante da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) – Ministério da Fazenda;
- Representante da Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte (SNAEDE) – Ministério do Esporte;
- Representante da Associação de Bets e Fantasy Sport (ABFS);
- Representante do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR);
- Representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF);
- Representante do Banco Central do Brasil (BACEN);
- Representante da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento (ABIPAG);
- Representante da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs);
- Representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- Representante da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (FENAPAF);
- Representante do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR);
- Representante da Liga Forte União do Futebol Brasileiro; e
- Representante da Associação Nacional dos Clubes de Futebol (ANCF).

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

SUBTRAB - SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATER O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Reunião de Instalação e Eleição - Tema: Instalação da subcomissão p/ mercado de trabalho das PcDs e eleição do Presidente

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 11h30

REQ 82/2025 - Requer a convocação do Ministro da Educação Camilo Santana, para prestar esclarecimentos sobre a ampliação da oferta de cursos superiores da área da saúde na modalidade a distância, conforme estabelecido pelo Decreto nº 12.456/2025, pela Portaria MEC nº 378/2025, e pela Portaria MEC nº 381/ 2025. Item nº 2.

Autor: Rodrigo da Zaeli (PL/MT)

PL 4426/2024 - Dispõe sobre o combate à discriminação e à violência contra pessoas autistas, com especial atenção às praticadas no ambiente digital, e altera dispositivos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Racismo). Item nº 7.

Autor: Amom Mandel (CIDADANIA/AM)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 4760/2024 - Inclui o inciso V no parágrafo primeiro do artigo 3º-A da Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012 para dispor sobre a obrigatoriedade de todas as Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), conterem um QR CODE com as principais informações. Item nº 27.

Autor: Bruno Farias (AVANTE/MG)

Relator: Clarissa Tércio (PP/PE)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA" / A Definir, 13h30

Audiência Pública e Deliberação - Tema: Proteção de direitos fundamentais e novas tecnologias

Convidados:

- Marina Pita, representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- Rodrigo Ferreira, assessor da Diretoria de Governança, Orçamento e Finanças da Casa da Moeda do Brasil;
- Representante da Dharma.AI;
- Nina da Hora, cientista da computação, pesquisadora e ativista;
- Luis Fernando Prado, líder do Comitê da IA Responsável e membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Inteligência Artificial (ABRIA);
- Paula Guedes, representante da Organização não-governamental Artigo 19.

REQ 94/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023), com o tema "Impactos Psicológicos da Inteligência Artificial Generativa"; Item nº 1.

Convidados:

- Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Representante da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP);
- Christian Ingo Lenz Dunker – Universidade de São Paulo (USP);
- Emília Estivalet Broide (PUC-SP);
- Flávio Pereira Kapczinski – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Jorge Moll – Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (IDOR);
- Ana Karla Silva Soares – Psicologia (UFMS);
- Laura Soares – Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Laisa Marcorela Andreoli Sartes – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop/CFP;
- Leonardo Fernandes Martins – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio);
- Ricardo Primi – Universidade São Francisco (USF); e
- Bruna Araújo de Castro Oliveira – Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Autor: Camila Jara (PT/MS)

REQ 95/2025 - Requer a realização de Audiência Pública - no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023), com o tema "Impactos dos Vídeos Criados por Inteligência Artificial em Sistemas Oficiais de Prova". Item nº 2.

Convidados:

- Miriam Wimmer – Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Diego Machado de Melo – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP);
- José Eduardo Krieger – Universidade de São Paulo (USP);
- Juliana Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Arthur Igreja – Especialista em tecnologia e inovação;
- Representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU) – Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação;
- Representante do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) – Secretaria de Governo Digital; e
- Representante da Polícia Federal – Perícia Criminal em Cibercrimes

Autor: Camila Jara (PT/MS)

REQ 96/2025 - Requer a realização de audiência pública na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2338, de 2023, para discutir IA no Sistema Financeiro: Open finance, concessão de crédito automatizada, prevenção e combate à fraude, no âmbito do PL 2.338/2023 Item nº 3.

Convidados:

- Representante do Banco Central;
- Crisleine Barboza Yamaji, Professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC);
- Ivo Mósca, Diretor Executivo de Inovação da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);
- Representante Associação Nacional dos Bureaus de Créditos (ANBC);
- Representante do Instituto de Ciência e Tecnologia Itaú (ICTI);
- Daniel Stivelberg, Coordenador do Grupo de Governança e Regulação de Dados da Zetta; e
- Diego Perez, Representante da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs).

Autor: Gustavo Gayer (PL/GO)

REQ 102/2025 - Requer a realização de reunião de Audiência Pública com o objetivo de promover um debate plural e qualificado sobre os impactos do uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) nas relações de consumo, com especial atenção aos desafios à Cibersegurança, privacidade de dados e direitos dos consumidores. Item nº 9.

Convidados:

- João Lucas Melo Brasio, CEO *Elytron Security*;
 - João Matos Filho, CEO e Analista Chefe de Segurança BUGSAFE; e
 - Arthur Rollo, Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC).
- Autor: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

REQ 103/2025 - Requer a realização de audiência pública para exposição e conhecimento de aplicações e casos relevantes de uso da inteligência artificial pelo Poder Público. Item nº 10.

Convidados:

- Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Supremo Tribunal Federal (STF);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados;
- Centro de Excelência em Ciência de Dados e IA do Serpro; e
- João Lima, Analista de Informática Legislativa no PRODASEN do Senado Federal

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

REQ 104/2025 - Requer a realização de audiência pública para debater a questão do direito autoral no treinamento das ferramentas de inteligência artificial. Item nº 11.

Convidados:

- Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD);
- Câmara Brasileira do Livro (CBL);
- Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB);
- Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (APRO); e
- Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros)

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

REQ 105/2025 - Requer a realização de audiência pública para debater os impactos na saúde mental do uso da inteligência artificial. Item nº 12.

Convidados:

- Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP);
- Tatiana de Cassia Nakano Primi, PUC Campinas; e
- Sandra Caponi, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

REQ 106/2025 - Requer a inclusão de convidados em audiências públicas para discutir os impactos da regulação da inteligência artificial. Item nº 13.

Convidados:

- Renato Opice Blum, professor de Direito Digital, Proteção de Dados, Inteligência Artificial e Segurança da Informação no INSPER, ESPM, FAAP, EBRADI e Mackenzie;
- Felipe Galofaro, *Chief Operating Officer* (COO) e cofundador da Elytron Security S.A.;
- Representante da Cogna Educação;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO);
- Representante da Salesforce;
- Marcos Vinícius Barros Ottoni, Diretor Jurídico da CNSAÚDE;
- Gabriel Lameirinhas, COO da Tractian;
- Representante da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS); e
- Nelson Leoni, CEO da WideLabs.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

REQ 107/2025 - Requer inclusão de convidados em audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial - Projeto de Lei nº 2.338/2023 que dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana. Item nº 14.

Convidados:

- Lucas Sato, da organização *Model Evaluation & Threat Research* (METR);
- Renan Araújo, pesquisador brasileiro em governança de IA pelo Instituto de Política e Estratégia de IA (IAPS),
- Edson Prestes, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
- Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, professora da Universidade de São Paulo (USP); e
- João Paulo Candia Veiga, Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / A Definir, 14h00

PL 4776/2023 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o compartilhamento e publicação de imagem e informações pessoais de crianças e adolescentes por seus pais e responsáveis, em plataformas online e redes sociais, e dá outras providências. Item nº 2.

Explicação: estabelece que as crianças e adolescentes têm o direito ao esquecimento na internet, permitindo-lhes, a partir dos 16 anos, solicitar a remoção de imagens, vídeos ou informações pessoais publicadas em plataformas ou redes sociais. Propõe, também, que quaisquer compartilhamentos de imagens de menores em plataformas e redes sociais devem ter o consentimento de ambos os pais ou responsáveis.

Autor: Lídice da Mata (PSB/BA)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 1779/2024, apensado, com substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 10, 14h00

PL 6119/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso fraudulento de inteligência artificial. Item nº 4.

Explicação: Trata do crime de “Fraude publicitária com uso de inteligência artificial”, caracterizado como “Criar, utilizar e propagar vídeos de pessoas famosas ou anônimas criados por inteligência artificial com a finalidade de manipular, enganar e induzir a erro consumidores”, com pena de reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Gisela Simona (UNIÃO/MT)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 896/2024, apensado, com substitutivo.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / A Definir, 14h00

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Item nº 8.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3335/2019, 4181/2019, e 6339/2019, apensados, e pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com Substitutivo.

PL 5318/2020 - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências. Item nº 9.

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 1876/2023 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social. Item nº 10.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 272/2024, 2138/2024, e 3457/2024, apensados, com Substitutivo.

PL 2112/2023 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando as empresas responsáveis pelo provimento de serviços de aplicativos de relacionamento a condicionarem o acesso ao cadastramento prévio do CPF do usuário. Item nº 11.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 2811/2023, apensado, com Substitutivo.

PL 3435/2024 - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir o uso preferencial de reconhecimento facial e verificação de identidade no cadastramento de usuários em redes sociais e serviços de mensageria. Item nº 14.

Explicação: Acrescenta dispositivos ao Marco Civil da Internet para determinar às redes sociais ou de mensageria eletrônica a utilização preferencial de tecnologias de reconhecimento facial e verificação de identidade no ato do cadastro de novos usuários.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

REQ 12/2025 - Requer a realização de audiência pública para debater acerca da previsão de cobrança pela utilização dos sistemas operacionais indispensáveis para a implantação da Reforma Tributária. (PEC132/2023) Item nº 1.

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Convidados:

- Secretário Especial da Reforma Tributária;
- Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Representante do SERPRO;
- Representante do CONFAZ;
- Representante do COMSEFAZ; e
- Representante da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (BRASSCOM).

PL 7875/2017 - Adiciona inciso ao art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada. Item nº 3.

Explicação Geral: Classifica como prática abusiva programar ou executar, por qualquer recurso, a redução da durabilidade de produtos e seus componentes de forma prematura, visando forçar a substituição ou troca do produto antes de seu prazo estimado de vida útil.

Autor: Mariana Carvalho (REPUBLICANOS/RO)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3019/2019, e 1791/2021, apensados, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).

PL 2141/2023 - Altera o § 2º do art. 91 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade. Item nº 4.

Autor: Alberto Fraga (PL/DF)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 169/2024, apensado.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / A Definir, 16h00

Audiência Pública - Tema: Vulnerabilidade de crianças e adolescentes na internet, incluindo o cyberbullying, dependência digital, e crimes cibernéticos ou digitais, no que tange a proteção da infância e adolescência.

Convidados:

- Representante da Comissão da Infância (CIJE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Bianca Orrico, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
- Delegado Valdemar Latance Neto, Coordenador-Geral de Combate a Crimes Cibernéticos (DPF);
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Fábio Meirelles Hardman de Castro, Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); e
- Roberta Densa, advogada especialista em direitos da criança e do adolescente.

Quarta-feira (18/06)

PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034" / A Definir, 09h00

Audiência Pública - Tema: Acesso, Permanência, Conclusão e Qualidade na Graduação - objetivos 13 e 14 do Plano Nacional de Educação

Convidados:

- Bruno Coimbra, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- Representante do Ministério da Educação;
- Marcelo Pereira, reitor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- Manuella Mirella, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- Sara Pedrini, diretora da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP);
- Esmeraldo Malheiros, consultor jurídico da Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES);
- Antônio Rulli Neto, advogado especialista em Educação; e
- Emerson Duarte Monte, 2º vice-presidente Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 12h00

Audiência Pública - Tema: Semana Nacional de Conscientização, Prevenção e Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) nas escolas - PL 9674/2018

Convidados:

- Rodolfo Canônico, diretor-executivo da Associação de Desenvolvimento da Família - ADEF/Family Talks;
- Andrea Hoffmann, representante do Instituto Isabel;
- Roberta Cares, psicóloga; e
- Luci Pfeiffer, psicóloga e presidente do Departamento Científico de Prevenção e Enfrentamento das Causas Externas da Sociedade Brasileira de Pediatria.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (17/06)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PLP 167/2024 - Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios. Item nº 2.

Autor: Poder Executivo

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Parecer: Pela aprovação.

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

PL 4132/2021 - Modifica a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e estabelece a aplicação das regras de acessibilidade nos editais de compras e contratações públicos. Item nº 3.

Autor: Weverton (PDT/MA)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

Parecer: Pela aprovação.